

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PATO
BRAGADO: UM OUTRO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO MINISTRADA AOS
POVOS DO CAMPO**

MATINHOS, 2014.

GILSON LESKE

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PATO
BRAGADO: UM OUTRO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO MINISTRADA AOS
POVOS DO CAMPO**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção de certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Ms. Gilson Walmor Dahmer.

MATINHOS

2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	4
2.1 LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA	4
2.2 REGISTROS HISTÓRICOS DE PATO BRAGADO	5
2.3 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA E O ÊXODO RURAL	9
2.4 A FORMAÇÃO DO LAGO DE ITAIPU.....	9
3. AS ESCOLAS RURAIS	11
4. UM OUTRO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO MINISTRADA AOS POVOS DO CAMPO	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
6. BIBLIOGRAFIAS E FONTES	17

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PATO BRAGADO: UM OUTRO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO MINISTRADA AOS POVOS DO CAMPO

Gilson Leske/UFPR

Resumo:

A pesquisa propõe desenvolver uma breve síntese histórica do município de Pato Bragado – PR, propondo elaborar uma reflexão acerca do percurso educacional desta localidade, bem como problematizar a constituição da categoria *Educação do Campo*. O trabalho foi realizado por meio de análise de fontes documentais, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Diretrizes Curriculares da Educação do Campo; além da análise bibliográfica para embasamento teórico e problematização do objeto de estudo.

Palavras-chave: história da educação, escolas rurais, educação do campo, Pato Bragado.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo, ofertado pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, abordaremos questões históricas relevantes sobre a trajetória da região que hoje compreende o município de Pato Bragado-PR.

Em um primeiro momento, será apresentada uma contextualização histórica da região que constituiu o atual município de Pato Bragado, apresentando aspectos históricos que demarcaram a ocupação desta região, bem como elementos que definiram a ocupação territorial e a caracterização econômica, tais como, o caso o processo da mecanização agrícola, o êxodo rural e a formação do Lago de Itaipu.

Em seguida, o trabalho apresenta elementos históricos que influenciaram o fechamento das escolas rurais e a nuclearização do ensino na Escola Municipal Marechal Deodoro, escola esta que permanece em atividade na sede do município.

Por fim, mas não menos importante, apresentamos abordagens sobre a importância que a educação ministrada para os povos do campo vem adquirindo nos últimos anos, principalmente a partir da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA

O território que compreende o atual Município de Pato Bragado situa-se no extremo oeste paranaense, às margens do Lago Internacional de Itaipu. Sua delimitação geográfica, em sua maioria, se dá por meio de rios, riachos ou sangas. Faz divisa ao sul com o Município de Entre Rios do Oeste, tendo como fronteira o Rio São Francisco Verdadeiro; ao norte faz divisa com o município de Marechal Cândido Rondon, tendo como fronteira o Rio Branco e a Leste possui fronteira seca, também com Marechal Cândido Rondon. Quanto à região Oeste faz limite internacional com o Lago de Itaipu e a República do Paraguai.

A área do Município de Pato Bragado compreende 82,14 km². Levando em consideração a área encoberta pelas águas do reservatório de Itaipu, a área total do Município chegaria a 128,6 km². (GREGORY, 2004, p. 22). De acordo com dados estatísticos do IBGE, na década de 1960, a população de Pato Bragado contava de 862 pessoas. (GREGORY, 2004, p. 23). Na década de 1970, o número populacional passou para 4.103 habitantes. (GREGORY, 2004, p. 23). No início da década de 1980, a população era de 4.166 habitantes. (SAATKAMP, 1984, p. 99). Para década de 1990, a contagem populacional era de 3.423 habitantes. (GREGORY, 2004, p. 24). Já no levantamento demográfico de 2000, a população contava com 4.049 habitantes (GREGORY, 2004, p. 24), e em 2.010 com 4.822 habitantes (IBGE).

O solo da região de Pato Bragado é de origem vulcânica que associado a condições climáticas e relevo, possibilita a intensa atividade agrícola da região, constituindo-se ao lado da pecuária, como uma das principais atividades econômicas exercidas no atual Município de Pato Bragado. Há também pequenas indústrias que movem o comércio local empregando a mão-de-obra disponível. Por outro lado,

ainda permanecem alguns moradores ribeirinhos ao Lago de Itaipu que sobrevivem da pesca, principal fonte de sustentabilidade para estas pessoas, as quais se organizaram em forma de associação denominada de Colônia de Pescadores Z – 15.

A rodovia estadual, PR 495, atravessa o município, cortando o centro da cidade de norte a sul, tornando-se atualmente a principal via de acesso aos municípios de Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste. Na época da colonização, com seu auge na década de 1950,¹ a principal via de acesso ao povoado de Pato Bragado se dava na direção Leste-Oeste, entre o Distrito de Margarida (Município de Marechal Cândido Rondon), ao Porto Britânia (situado no território de Pato Bragado), ligando essas localidades ao Rio Paraná. Esta via de acesso se constituiu na principal via de trafegabilidade no Município, a Avenida Continental.

A PR-495 e a Avenida Continental constituíram-se no eixo estrutural da vila de Pato Bragado, tomando um formato de cruz. Essas duas vias, juntamente com as ruas principais, que são hoje as ruas Paranaguá, Guaratuba, Maringá e Guairá, definem o quadrilátero no centro da cidade. Nesta estruturação das ruas, passaram a se concentrar os principais estabelecimentos comerciais, bem como a praça, as igrejas e o complexo escolar.

2.2 REGISTROS HISTÓRICOS DE PATO BRAGADO

A ocupação anterior à colonização de Pato Bragado era constituída de grupos indígenas, que foram cedendo espaços a exploradores estrangeiros, os quais vinham em busca da exploração dos recursos naturais, madeira e erva-mate, existentes na região.

Segundo Valdir Gregory, “no final do século XIX e início do século XX, o Governo Imperial e o Governo Paranaense realizaram concessões e vendas de terras a estrangeiros, tendo por meta a exploração de erva-mate e madeira e a colonização das referidas áreas. Constituíram-se empresas denominadas *Obrages*.” (GREGORY, 2004, p. 34). Instituições voltadas para a exploração extrativista da madeira, principal riqueza natural do extremo-oeste paranaense.

¹ Conforme Saatkamp, “em 1954 ergueram-se as primeiras casas na vila de Pato Bragado”. p. 49. Essas casas forma construídas a partir do projeto de colonização empreendido pela Companhia Maripá na Fazenda Britânia, antes deste período já havia outros moradores na região.

O início da colonização de Pato Bragado se deu aproximadamente por volta de 1900, alavancado pela exploração da madeira por meio da Companhia de Maderas Del Alto Paraná, empresa inglesa sediada na Argentina.

Por ter sua sede na Argentina, era para lá que a empresa exploradora Maderas Del Alto Paraná enviava, pela via fluvial do Rio Paraná, o produto explorado na região. Os mercados argentinos: Corrientes, Entre Rios e Posadas, eram abastecidos com a madeira da região. (GREGORY, 2002, p. 89).

Saatkamp comenta que, entre os anos de 1920 a 1923, estava ocorrendo o período áureo da Fazenda Britânia, devido às grandes proporções alcançadas no comércio da erva mate e da extração de madeira.

Conforme essa autora, de 1924 a 1930, com a passagem da Coluna Prestes na região, praticamente estagnaram-se as atividades do Porto Britânia e grande parte da Fazenda Britânia foi destruída pelos revoltosos, acarretando no desânimo dos ingleses que abandonaram as atividades até 1930, quando assumiu um novo administrador, que trabalhou na extração de laranja aepé e erva cidreira em uma fábrica por ele instalada na região do Rio Branco, local que, posteriormente, outras pessoas assumiram a administração. (SAATKAMP, 1984, pp. 23-24).

A partir da década de 1940, a Empresa Colonizadora Rio Paraná S/A, com sede em Porto Alegre – RS, fez suas instalações no Município de Toledo e passou a colonizar a chamada Fazenda Britânia. De acordo com Saatkamp,

A decadência de Porto Britânia iniciada em 1924 foi total com o Decreto dos 2/3 de 1932, criado por Getúlio Vargas, que proibia a permanência de estrangeiros em faixas fronteiriças brasileiras. A Companhia de Maderas Del Alto Paraná, proprietária da Fazenda e Porto Britânia, com seu trabalho de extração e comercialização de erva-mate, madeira e extrato, favoreceu a fixação dos colonizadores do Município de Marechal Cândido Rondon. Pois em 1946, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ, comprou a Fazenda Britânia utilizou as instalações, a serraria e o Porto, para a execução do plano de Colonização. (SAATKAMP, 1984, pp. 28).

Com a implantação da Colonizadora Maripá, o espaço regional tomou formas diferentes. As atividades econômicas não se restringiram somente à exploração natural, mas a produção agrícola que passa a ser feita com os primeiros migrantes que se integram a este espaço.

Nos primeiros anos de atuação da Maripá, entre 1946 e 1949, as atividades da empresa estavam objetivando primordialmente a formação de reservas de

capitais, para um futuro investimento na colonização da região. (GREGORY, 2004, p. 51). A Empresa Colonizadora Maripá tinha a preocupação em estruturar a região através de uma política econômica projetada e na organização de uma estrutura para atender os trabalhadores que nela estavam atuando e os futuros migrantes que comporiam parte da população regional.

A extração madeireira da região foi uma das primeiras atividades e também a principal desenvolvida pela companhia Maripá no início de sua atuação na região. O transporte da madeira extraída era feito através dos caminhos abertos na mata na Fazenda Britânia, fazendo ligação aos diversos portos às margens do Rio Paraná. Dentre os portos em destaque podemos situar o Porto Britânia e o Porto Mendes Gonçalves. O destaque a estes portos é devido ao seu uso mais intenso pela Maripá, tendo em vista sua melhor infra-estrutura, como também de melhor acesso pelos caminhos e estradas abertas no interior da Fazenda Britânia. Dadas essas condições, a empresa colonizadora fez uso mais intenso dessa região.

No início da colonização, a Companhia Maripá abriu uma rodovia de Cascavel até o Porto Britânia, pela qual exportava madeira, estimulando a vinda de migrantes, principalmente da região sul do Brasil. Com a vinda de uma leva de migrantes, o primeiro povoamento projetou-se no local que atualmente é a Linha Km - 9, sendo também construídas algumas casas na vila de Pato Bragado, no ano de 1954 local da atual sede do Município. (SAATKAMP, 1984, p. 49). Estes migrantes aproveitavam o cruzamento das estradas que ligavam Margarida ao Porto Britânia e em direção ao lugar que hoje se situa o Município de Entre Rios do Oeste.

As atividades realizadas no Porto Britânia, localizado em Pato Bragado, nas décadas de 1950 a 1970, estavam ligadas com maior frequência ao transporte de toras, mas também era usado em atividades ligadas à exportação da erva mate. A exploração de erva mate envolveu um grande número de trabalhadores, sendo uma atividade econômica que movimentava e estimulava o emergente comércio local, assim como os portos da região, trazendo pessoas para trabalharem na Fazenda Britânia, e, dessa forma, formaram-se as vilas e povoados, dos quais há poucos registros disponíveis.

A ocupação da região se deu, além das circunstâncias econômicas vigentes, pela grande fertilidade do solo da região em estudo. A ocupação desse espaço foi organizada através de um Plano de Ação, destinado principalmente e prioritariamente para migrantes do sul do país para povoar essa região. Saatkamp

argumenta que “planejou-se trazer colonizadores, de diversos ofícios tais como: professores, carpinteiros, padeiros, mecânicos, funileiros, sapateiros, médicos, comerciantes e outros.” (SAATKAMP, 1984, p. 42).

A empresa colonizadora destacava os sujeitos com profissão definida para exercerem sua função na região. Em relação às famílias que compuseram o meio rural, a empresa buscou “escolher” o elemento humano para o seu projeto de colonização. “A seleção era feita pelos próprios responsáveis pela Companhia. O interesse maior era por homens ligados ao comércio e agricultura do interior dos dois Estados Sulinos (...)”. (SAATKAMP, 1984, p. 44).

Conforme os argumentos de Keith Derald Muller, “quer-se migrantes que tenham identidade, origem, que falam a mesma língua, que têm costumes sociais iguais, as mesmas cidades natais e que possuem uma organização e experiência cooperativista altamente desenvolvida”. (APUD, GREGORY, 2002, p. 161). Neste processo, a empresa dá ênfase na origem dos migrantes, não percebendo suas possibilidades de acesso à terra. Também se destaca a questão cultural, numa forma de organizar o local de acordo com a cultura dos ocupantes. Aspectos culturais evidentes na população atual de Pato Bragado, que se constituiu principalmente de alemães e italianos vindos da região sul do país.

A estruturação organizada pela colonizadora fez com que “(...) as escolas da área rural foram surgindo, conforme surgiam os núcleos de povoamento”. (SAATKAMP, 1984, p. 188). As escolas passaram a ser o centro das organizações das famílias em comunidades, com respaldo da colonizadora.

Nesses relatos acima descritos, podemos perceber como que foi planejada a ocupação do território de Pato Bragado e, através desses elementos históricos, podemos ter noção de sua primordial estruturação na conjuntura em que se inseria a escola, que na sua gênese, num primeiro período, era de modo informal, objetivando atender a emergente demanda dos filhos dos colonizadores. Destacamos desde já, que 9 das 12 escolas que Pato Bragado possuía foram criadas na década de 1960, período em que já estavam estabelecidas nesta localidade diversas famílias de migrantes e imigrantes.

2.3 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA E O ÊXODO RURAL

Um fator que influenciou muito a população regional, em especial a de Pato Bragado, foi o chamado processo de mecanização agrícola, passando a modificar a estrutura agrária da região. Principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, o Oeste do Paraná sofreu significativas mudanças em sua estrutura e produção agrária.

Com a mecanização ou modernização da agricultura e com as novas técnicas de produção que passam a permear o trabalho e produção agrícola, anulam-se em grande parte as técnicas a que os trabalhadores, principalmente os chamados pequenos proprietários, estavam acostumados. Esse novo processo desenvolvido na região exige a produção em escala mais elevada, modificando o cotidiano do homem do campo.

Neste período, as mudanças tornaram-se intensas, enquanto que ocorreu no meio rural a chamada *concentração fundiária* devido a dívidas contraídas por muitos pequenos agricultores, ao mesmo tempo desencadeou-se o processo do êxodo rural, pois os agricultores que não conseguissem se manter no campo buscaram a “área urbana como solução para seus problemas”. (ZAAR, 1999, 71).

Dentro deste processo, o trabalho humano é substituído pela máquina e os equipamentos que serviam como ferramentas de trabalho deixam de ter importância. Essa mudança acarreta na redução do trabalho braçal, pois se impõem novas técnicas, dispensando-se dessa forma, em grande parte, o trabalhador humano.

O trabalhador rural que em suas práticas diárias utilizava vários instrumentos de trabalho tradicionais e passa a não mais utilizá-los com tanta intensidade. A enxada, a foice, o machado, o facão, plantadeiras ou semeadeiras manuais e o arado de tração animal, tornaram-se muitas vezes símbolos para se falar de um passado de ocupação da região. Com as inovações na agricultura, outros instrumentos são introduzidos no cotidiano do homem do campo. O trator, a semeadeira, a colheitadeira, o caminhão, passam a ser integrados a esse contexto substituindo o trabalho braçal pela maquinaria agrícola.

2.4 A FORMAÇÃO DO LAGO DE ITAIPU

Em 1978, tem início o processo de represamento do Rio Paraná e a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Esse projeto ao ser desenvolvido, trouxe um grande impacto nos âmbitos social e ecológico para a sociedade regional. Esse

impacto ocorreu principalmente para as pessoas que residiam às margens do Rio Paraná, na região oeste paranaense, desencadeando a expropriação de uma parcela significativa da população rural, principalmente os pequenos proprietários que tiveram todas suas terras submersas pelas águas do reservatório. Pato Bragado teve cerca de 50 km² de sua área submersa pelas águas. Muitas famílias, que viviam num espaço de relações sociais e de convivência tiveram de abandonar todas as estruturas ali criadas e conceder lugar ao desconhecido que se formava, o Lago de Itaipu.

Com a formação do Lago de Itaipu, a força da agricultura, bem como as comunidades rurais desestruturaram-se. As pessoas deixaram de investir em Pato Bragado. Várias associações comunitárias rurais ficaram abandonadas, pois os moradores aos poucos deixaram a região em busca de um novo local para morar. Apesar de algumas tentativas de resistência, como não abandonar as moradias, o povo teve de ceder o seu espaço em benefício do grande capital econômico e financeiro que a Itaipu proporcionaria. Teve consequências, e por sinal desastrosas como a destruição do ecossistema e a desestruturação de um espaço social recentemente formado pelos migrantes.

No contexto educacional, a formação do Lago de Itaipu também teve influência devido à redução do número de alunos, principalmente das chamadas escolas rurais. Podemos perceber essa influência em Pato Bragado, pois cerca de 73% das atividades educacionais nas escolas rurais cessaram na década de 1980. As pessoas foram obrigadas a saírem de suas propriedades, pois elas estavam condenadas a serem tomadas pelas águas.

Desse modo, o território de Pato Bragado foi tomada pelas águas do Lago de Itaipu, desapropriando inúmeras famílias de agricultores que estavam fixados na região, isso acarretou num expressivo êxodo rural.

Até o momento buscamos trabalhar os aspectos de formação e mudanças ocorridas na região de Pato Bragado. A seguir, buscaremos analisar as questões educacionais desencadeando uma análise na conjuntura das escolas, que tiveram suas atividades registradas no espaço de predominância desse estudo.

3. AS ESCOLAS RURAIS

Na região de Pato Bragado, percebe-se que a desenvoltura educacional se deu inicialmente mediante um sistema não formal, em 1937, período que foi fundada a primeira sala de aula de que se têm registros, para atender os trabalhadores das *obrages*. Esse sistema educacional não formal pode ter se estruturado em várias partes da região, como em igrejas, associações ou em outras organizações, das quais não temos registros. No período de colonização da região existia grande dificuldade de vigorar um sistema educacional devido à falta de recursos, às dificuldades de acesso e de profissionais habilitados.

O sistema educacional formal é aquele edificado dentro da instituição escolar e sistematizado. Conforme registros, em Pato Bragado, a educação formal começou a vigorar apenas em 1957, momento em que foi fundada a Escola Marechal Deodoro, na sede do atual Município de Pato Bragado. No período da fundação dessa Escola, Pato Bragado ainda pertencia ao Município de Toledo.

A construção de escolas deixava clara uma visão progressista desencadeada pelo projeto da colonizadora Maripá. As escolas rurais tiveram um papel muito importante principalmente na definição das comunidades rurais. Conforme Venilda Saatkamp, “a Companhia Maripá teve a preocupação de estruturar as atividades educacionais junto aos núcleos de colonização, responsabilizando-se pela remuneração dos professores e construção das escolas nas vilas recém-organizadas”. (SAATKAMP, 1984, p. 176).

Apesar do território de Pato Bragado ter tido um número considerável de estabelecimentos de ensino, 12 escolas, aos poucos estas foram sendo gradativamente desativadas, devido a processos de mudanças ocorridos na sociedade local, principalmente no meio rural, a rede municipal concentrou-se em um único estabelecimento, a escola Marechal Deodoro na atual sede municipal.

Nota-se que as famílias das comunidades rurais tiveram de se adaptar a uma nova forma de organização social em função do meio urbano, pois as crianças agora passaram a serem inseridas em um novo ambiente escolar educativo. As famílias sentiram o impacto do novo. Foram obrigadas a participar de um ambiente diferente, fora de sua comunidade à qual estavam acostumadas. As crianças foram se adaptando as novas exigências do sistema educativo inclusive a convivência na escola da sede com várias classes sociais. Isso, muitas vezes acarretou em

discriminação com aquelas crianças que vêm do meio rural. Por serem do campo, elas não estão, em muitos casos, acostumadas a uma higiene ou a modos tal qual na cidade passando a ser chamadas de “colonos”, o que deixa transparecer em sinônimo de discriminação.

A educação que era ministrada no meio rural recriava valores e identidades das comunidades a que as escolas pertenciam, pois o meio rural é um espaço rico e diverso. A educação urbana não é necessariamente superior a do campo, apenas o ensino-aprendizagem está voltado a um ambiente diferente do meio rural.

Mas com os fatores de mudanças discutidos no decorrer deste trabalho, percebemos que a educação no meio rural não se manteve, o que acarretou na centralização do ensino na Escola Marechal Deodoro na Sede Municipal. No quadro abaixo podemos perceber o número de alunos nas escolas da região de Pato Bragado e a crescente concentração na Escola Marechal Deodoro.

QUADRO 1 – Média de alunos do Ensino Primário por escola em cada década de funcionamento.²

Nome das Escolas/ Década:	Escola São Luis Gonzaga	Escola Prudente de Morais	Escola Alberto Pasqualini	Escola Gustavo Alfredo Diesel	Escola Visconde de Cairu	Escola Bento Gonçalves	Escola Benjamin Constant	Escola Castelo Branco	Escola Diva Vidal	Escola Emiliano Pernetta	Escola Júlio de Castilho	Escola Marechal Deodoro
1950	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64
1960	-	37	36	48	33	-	17	36	-	32	-	193
1970	86	46	43	104	36	36	29	53	20	50	23	377
1980	-	22	17	50	-	32	26	30	-	22	24	410
1990	-	-	-	23	-	-	-	-	-	20	-	406

Os alunos têm direito à educação no meio em que estão inseridos, seja em ambiente urbano ou rural, mas o poder público não assegurou esse direito às crianças no meio rural devido aos poucos alunos que frequentavam as escolas, isso se deu numa forma de evitar gastos.

² Quadro demonstrativo montado por Gilson Leske. Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Pato Bragado: Documentos gerais das escolas.

Assim, os discursos do órgão administrativo convenceram as comunidades rurais que a centralização do ensino seria uma boa alternativa para a região de Pato Bragado, tendo em vista as melhores condições de estrutura física que a Escola Marechal Deodoro da Sede dispunha. Dessa maneira, aos poucos as famílias foram transferindo seus filhos para a Escola da Sede.

Por outro lado, estão entre os principais fatores que engendraram a centralização do ensino em Pato Bragado, o melhoramento das estradas juntamente com meios de transporte, a inclusão do transporte escolar para os alunos do Colégio Castelo Branco, do qual os alunos das escolas rurais muitas vezes passaram a usufruir.

Outro fator que percebemos é que o agricultor passou a poder morar na cidade, pois com a modernização no meio agrícola ele conseguiu com maior agilidade fazer o trabalho rural, não necessitando mais residir naquele meio, o que causou um considerável êxodo rural. Notamos também que os agricultores passaram a ter um menor número de filhos, os quais em grande parte, buscaram na cidade uma melhor condição de vida, como por exemplo, a continuidade dos estudos.

Assim se consolidou o fechamento das últimas escolas no meio rural, que vinham sendo mantidas pelo poder público municipal. Ocorreu com isso o enfraquecimento das comunidades rurais, pois a escola era um meio de manter organizada a comunidade numa forma de associação em detrimento da escola.

4. UM OUTRO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO MINISTRADA AOS POVOS DO CAMPO

O ensino primário foi por muitos anos, a única escolarização que era ofertada aos camponeses, mas apresentava sérios problemas de evasão escolar e com resultados inferiores comparado ao ensino ofertado no meio urbano; os baixos resultados estavam ligados principalmente ao ingresso precoce das crianças no trabalho agrícola.

Dessa maneira, podemos perceber que o modelo educacional implantado no Brasil, transcende as lutas sociais existentes. Para alguns grupos sociais a educação era um meio de perpetuar o modelo que predominava, para outros, essa reforma educacional representava a abertura de um caminho para a superação da condição existente.

A Educação do Campo se constituiu a partir da pressão dos movimentos sociais que se mobilizaram em busca de uma política educacional que contemplasse e atendesse objetivos da população camponesa. Ela nasce da combinação de lutas da população do campo no momento em que os trabalhadores rurais obtiveram a compreensão de que suas conquistas seriam possíveis por intermédio dos movimentos. Na busca de uma conquista da terra, da reforma agrária, do debate político contra o latifúndio, a implantação de escolas em áreas rurais ou de reforma agrária, que beneficie a população camponesa em sua luta de fixação no campo, não deve ser esquecida.

Observando por intermédio destas características o movimento que surge em defesa de uma Educação do Campo tem apresentado um viés de resistência. Esta imposição de luta pela defesa do que é seu por direito, daquilo que lhe pertence e é significativo para que os sujeitos do campo não percam seus territórios conquistados, sua identidade, suas comunidades e, tampouco, suas experiências em educação.

Na abordagem desencadeada sobre os movimentos sociais, estes obrigatoriamente, devem ser pensados dentro de uma coletividade, por indivíduos ou grupos, engajados ou não. É neste sentido que os movimentos sociais devem ser vistos enquanto uma prática social, política e cultural, que demarca interesses em comum e, especificamente, uma identidade social. Esta coesão deve ter por interesse a definição de aspectos norteadores para a população do campo, sobretudo assegurando o direito à educação. E mais, uma educação que contemple objetivos e características locais da população do campo.

Entender o campo é vê-lo dentro de um processo constante de modificações. Estas modificações referem-se a uma relação da população com o meio que a cerca, bem como com o próprio espaço urbano

Dentro de um processo e contexto educacional o campo deve ser entendido na sua realidade específica. Um espaço de produção e reprodução sócio cultural e de sobrevivência. Mas, a cima de tudo, o parecer apresenta uma visão idealizada, pois dentro de um processo de modificações que o campo está inserido, as condições existenciais deste campo que hora se apresenta, poderá não mais existir.

Os movimentos sociais precisam mostrar as suas potencialidades, mostrar que também são produtores de conhecimento, não um conhecimento adaptado, mas elaborado. Objetivando uma conquista de direitos, Clarice Aparecida dos Santos,

afirma que os movimentos sociais camponeses se fazem reconhecer pela práxis de propor e de reconhecer novas formas de política:

As políticas públicas que tiveram força política para se viabilizarem, graças à organização e capacidade elaborativa dos movimentos sociais, estão desafiadas a incorporar determinados conhecimentos já produzidos nas suas práticas laborais e incidir com outros conhecimentos que os permita compreender os complexos processos sociais, econômicos e políticos da sociedade em que vivem, que lhes permita decidir autonomamente sobre seu próprio futuro. (SANTOS, 2012, p. 122).

A busca de uma autonomia é o que se afirma quando os camponeses conquistam o seu direito de compreender e de analisar, por meio de instrumentos legais, a realidade que lhes está posta. De outro modo ainda, a partir da aprovação da LDB 9394/96, outras ideias ainda foram possíveis de serem apresentadas. Neste sentido, ao buscar enquadrar o Ensino Médio dentro de uma proposta de escolarização básica oferecida pelo Estado e voltada para todos os cidadãos, os legisladores aprovam as Diretrizes Operacionais para as escolas do campo.

Juntamente com o Conselho de Educação e a Câmara de Educação Básica, em abril de 2002, as novas Diretrizes são apresentadas, as quais haviam sido homologadas em março pelo Ministro do Estado e da Educação. Assim, de forma sucinta este documento apresenta as diretrizes a serem observadas nas escolas rurais. Em seu artigo 4º o documento apresenta que a Escola do Campo deve ser um espaço plural e investigativo que os seus pares devem desfrutar.

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (BRASIL, 2002).

O documento parece tratar de forma harmônica com as Diretrizes Curriculares Nacionais os meios de desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem. Deste modo, questões inerentes a realidade das populações do campo perpassam o documento que busca definir certa identidade, a qual se constitui tanto para a população camponesa como para um modelo de escolarização brasileiro. Desejoso de um avanço pertinente é de ressaltar que a escola do campo deve ser plural, constituindo-se em um espaço de investigação e de formação científica, onde as

demandas sociais e econômicas do espaço rural devem se levadas em consideração.

No bojo destas questões aqui suscitadas as escolas do campo buscam contemplar as suas diversidades, seja nos aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais, ou outros que venham a lhe fortalecer enquanto processo de aprendizagem. Para que se tenha um bom desenvolvimento educacional neste sentido, é necessário que ocorra um atendimento público de responsabilidade para com todas as modalidades de ensino, seja na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico Profissionalizante ou Ensino Superior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos, ao longo da história que a educação ofertada no meio rural brasileiro esteve, na maioria das vezes, relegada a planos inferiores em relação à educação da cidade. A educação ofertada no meio rural, foi tratada ao longo dos anos, pelo poder público, como políticas compensatórias e condenada a desempenhar suas funções à sombra das determinações, procedimentos e conteúdos próprios das escolas urbanas. Portanto, na maioria das ocasiões que a escola rural esteve em pauta, tinha por objetivo atender a momentos de crises, como por exemplo: o êxodo rural, os altos índices de analfabetismo presentes no campo, o processo de modernização da agricultura, e atualmente atendendo às reivindicações dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais carregam bandeiras, que representam sua luta por uma proposta de educação popular, ofertada pelas instituições escolares públicas. Nas últimas décadas, os movimentos sociais estão pressionando os órgãos governamentais para colocar em foco a educação do campo, elaborando políticas “públicas” para atender essa demanda.

A inserção da demanda escolar do campo no meio urbano passou a ser idealizada pelos governos estaduais e municipais, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Característico de todo esse processo é a desterritorialização que evidencia prejuízos sociais e um desaculturação das pessoas do campo, pois as mesmas passam a ser condicionadas a desenvolver seus hábitos diários em detrimento dos acontecimentos urbanos.

Atualmente, em Pato Bragado, toda a demanda escolar de alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais, continuam sendo atendidos na Escola Municipal Marechal Deodoro, a qual está localizada na sede do município, que atende grande parcela de alunos oriundos do meio rural.

Com a formulação e a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo, há abertura de um novo horizonte interpretativo sobre a educação ministrada aos povos do campo, por meio da qual, busca-se romper a visão do meio rural como lugar de atraso e lhe logra um espaço rico e diverso, no qual se deve considerar suas particularidades, em especial dentro de um projeto econômico e sustentável, conquistado por meio de um processo contra hegemônico que visa rever a valoração atribuída aos povos que vivem no campo.

Mesmo Pato Bragado sendo um município predominantemente agrícola, notamos que a oferta da educação do campo não ocorre no município. Embora reconhecida a sua importância, seus limites de implementação consistem, principalmente no que se refere à capacidade de transformações efetivas e alterar os históricos problemas que permeiam o campo educacional.

6. BIBLIOGRAFIAS E FONTES

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **IBGE**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411845>. Acessado em 17/02/2014.

GREGORY, Valdir, et. al. **Porto Britânia a Pato Bragado: memórias e histórias**. Marechal Cândido Rondon, Germânica, 2004.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MUNARIM, Antônio. Verbete: educação do campo. In: **Projeto Educação do Campo: Novas Práticas**. Lages, 2010.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf
. Acessado em 05/07/2013.

PEIXER, Zilma Isabel; VARELA, Iáscara Almeida. **Educação do Campo: desafios das pesquisas e políticas**. Lages, SC: Grafine, 2001.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, Lutas e Conquistas: História de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel, ASSOESTE, 1984.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e licenciaturas na educação do campo na UnB**. Editora Liber Livro, Brasília, 2012.

ZAAR, Miriam Hermi. **A Produção do Espaço Agrário** da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 1999.